

## CONDIÇÕES DE TRABALHO E ESTRESSE EM PROFESSORES DE ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DE DIVINÓPOLIS-MG

*WORKING CONDITIONS AND STRESS ON TEACHERS OF PUBLIC SCHOOLS OF DIVINOPOLIS, MG*

*Denise Maria Rover SILVA<sup>1</sup>*

*Enefer Donizete ROSA<sup>2</sup>*

*Andre Amorim MARTINS<sup>3</sup>*

*Fabio Peron CARBALLO<sup>4</sup>*

*Fabrizio Furtado de SOUSA<sup>5</sup>*

**RESUMO:** Esta pesquisa objetivou analisar as condições de trabalho dos professores de ensino fundamental das escolas estaduais da região central de Divinópolis-MG e verificar a relação destas com o estresse docente. Para obtenção dos dados foi utilizado um questionário para caracterizar as condições de trabalho e o Inventário de Sintomas de Estresse. Para verificar a relação entre as condições de trabalho e a presença de estresse, foi utilizado o teste  $\lambda^2$  (Chi-quadrado). Participaram do estudo 95 professores. Dentre as condições de trabalho analisadas, destacaram-se negativamente a inadequada infraestrutura das escolas, a violência contra os docentes e a insatisfação com a remuneração. Com relação ao estresse, foi constatado que 58% dos amostrados apresentavam algum nível de estresse, que mostrou-se significativamente associado ao fato do docente trabalhar em dois ou mais turnos e ter presenciado/sofrido violência na escola. Estes dados reforçam a importância da valorização do trabalho docente como forma de minimizar os impactos da função sobre a saúde deste trabalhador.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho Docente. Condições de Trabalho. Estresse.

**ABSTRACT:** This study aimed to analyze the working conditions of teachers in state schools in Divinópolis-MG and verify their relationship to the teacher stress. To obtain the data a questionnaire was used to characterize the working conditions and the Symptom Inventory Stress. To investigate the relationship between working conditions and stress, we used the  $\lambda^2$  test (Chi-square). Study participants were 95 teachers. Among the working conditions analyzed, stood out negatively inadequate infrastructure of schools, violence against teachers and dissatisfaction with pay. With regard to stress, it was found that 58% of sampled showed some level of stress,

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora pesquisadora da Universidade do Estado de Minas Gerais. Endereço eletrônico: denise.rabelo@uemg.br

<sup>2</sup> Graduado em Ciências Biológicas pela Fundação Educacional de Divinópolis. Pós-graduado em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Fundação Educacional de Divinópolis. Endereço eletrônico: eneder.rosa@uemg.br

<sup>3</sup> Doutorando em Saúde coletiva pela IRR-Fiocruz; Mestre em ciências pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, psicólogo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Professor pesquisador da Universidade do Estado de Minas Gerais. Endereço eletrônico: andre.martins@uemg.br

<sup>4</sup> Doutor em Educação pela UTAD-Portugal, mestre em Educação pela Universidade Vale do Rio Verde. Professor pesquisador da Universidade do Estado de Minas Gerais. Endereço eletrônico: fabio.carballo@uemg.br

<sup>5</sup> Doutor em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Lavras, Mestre em Genética e melhoramento pela Universidade Federal de Lavras. Professor pesquisador e diretor acadêmico da Universidade do Estado de Minas Gerais. Endereço eletrônico: fabrizio.sousa@uemg.br

which was significantly associated with the fact of the teaching work in more than two shifts and have witnessed / experienced violence at school. These findings underscore the importance of valuing the teaching profession in order to minimize the role of the health impacts of this worker.

**KEYWORDS:** Teaching Work. Working Conditions. Stress.

## INTRODUÇÃO

O trabalho humano é fonte de realização, satisfação e prazer, pois é nele que o ser humano constrói sua identidade. No entanto, o trabalho pode tornar-se nocivo à saúde quando as especificidades de seu processo e organização resultam em desgaste do corpo e da mente (BORSOI, 2007). Nesse sentido, o trabalho pode se configurar como um elemento patogênico, podendo provocar danos à saúde dos trabalhadores.

O trabalho docente tem sido marcado por grandes desafios, especialmente relacionados às várias transformações ocorridas na área da educação, influenciadas pelas reformas educacionais e por modelos pedagógicos estimulados pelas políticas estatais (CRUZ *et al.*, 2010). Até os anos de 1960, a maior parte dos trabalhadores docentes possuía um emprego estável e usufruía de um relativo prestígio social. Porém, a partir de 1970, com a expansão das demandas da população por proteção social, houve o crescimento do funcionalismo e dos serviços públicos gratuitos, entre eles a educação. Como consequência, verificou-se uma crescente depreciação da atividade docente, em razão dos baixos investimentos em ações de melhoria na educação pública, tanto do ponto de vista dos ambientes de trabalho, da remuneração ou ainda, do reconhecimento social desse trabalho (JARDIM; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2007). Atualmente, o que se tem observado é um desinteresse crescente pela profissão devido a um distanciamento entre a imagem ideal da função docente e a realidade de sua prática, muitas vezes decepcionante com relação às condições dos alunos, da escola e da sociedade (SOUTO; PAIVA, 2016).

A precarização do trabalho docente, além de desestimular o exercício da profissão, pode acentuar os efeitos adversos relacionados ao trabalho, acarretando aos professores desgastes físicos e psicológicos, absenteísmo e, até mesmo, abandono da profissão (CRUZ *et al.*, 2010; LAGO; CUNHA; BORGES, 2015).

Vários estudos realizados no Brasil têm demonstrado uma importante relação entre a depreciação das condições de trabalho dos professores e a presença de sintomas de estresse, sendo este um dos principais fatores que predispõe o indivíduo às doenças (GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2005; LIMA; LIMA-FILHO, 2009; SILVEIRA *et al.*, 2014).

Segundo Lipp (2002), o estresse é uma reação do organismo com componentes psicológicos, físicos, mentais e hormonais e ocorre quando surge a necessidade de uma grande adaptação a um evento ou a uma situação de importância.

O estresse é um processo que ocorre em quatro fases: a primeira é a fase de alerta, onde acontece o confronto com o agente estressor, ocasionando a quebra da homeostase. Esta é considerada a fase positiva do estresse. A segunda fase é a resistência. Nesse período, o organismo procura se adaptar para restabelecer a homeostase, apesar da ação prolongada do agente estressor. A terceira fase é chamada de quase exaustão. Nesta fase acontece o início do processo de adoecimento dos órgãos mais vulneráveis, que variam entre os indivíduos. Se não ocorrer o “alívio”, o estresse atinge sua fase final, que é chamada de exaustão, onde o organismo é atingido no plano biológico, físico ou psicológico (LIPP, 2003).

Os principais fatores relacionados ao trabalho que podem desencadear o estresse em professores são: os baixos salários, a excessiva carga horária, a perspectiva duvidosa de crescimento profissional, a má iluminação nas salas de aula, os ruídos excessivos, o excesso de alunos por sala de aula, as drogas, os diversos tipos de violência, os relacionamentos interpessoais conflituosos entre a equipe de profissionais, pais e alunos e as dificuldades teórico-metodológicas para lidar com os problemas de aprendizagem (NUNES SOBRINHO, 2002; BATISTA *et al.*, 2010).

Apesar disso, é importante ressaltar que nem sempre o trabalho docente está associado ao desenvolvimento de estresse. Essa relação depende de diversos fatores, dentre eles: as condições de trabalho impostas aos docentes, a visão do professor sobre a prática docente e a adaptação do profissional frente às possíveis adversidades em seu ambiente de trabalho (SILVEIRA *et al.*, 2014).

Considerando as repercussões sobre as condições de trabalho e estresse dos professores e a falta de dados relacionados a este assunto no município de Divinópolis – MG, verificou-se a necessidade da realização de um levantamento de dados sobre o tema, visando à construção de um retrato das condições do trabalho docente na região e a influência disso sobre a saúde dos professores. Sendo assim, o presente trabalho buscou relacionar as condições de trabalho dos docentes do município de Divinópolis, MG ao nível de estresse apresentado por estes professores. Espera-se que os dados aqui apresentados possam ser utilizados como subsídios para a implantação de medidas preventivas, tanto por órgãos públicos, como pelos profissionais e pelas escolas, a fim de evitar o comprometimento da saúde dos docentes, não só do município, mas também de outras regiões do país.

## METODOLOGIA

De acordo com dados da 12ª Superintendência Regional de Ensino (SRE), o município de Divinópolis-MG apresenta 33 escolas públicas estaduais, sendo 6 localizadas na região central da cidade (MINAS GERAIS, 2017). Devido às diferenças físicas e estruturais observadas entre as escolas da região central e da região periférica, optou-se por realizar o estudo somente nas escolas da região central.

A pesquisa foi realizada nas seis escolas centrais da cidade de Divinópolis-MG, no período de 01 de junho a 15 de julho de 2013. Os dados foram obtidos por meio de questionários aplicados aos professores que aceitaram participar voluntariamente da pesquisa.

Para a obtenção dos dados, primeiramente foi solicitada a autorização das direções, dos supervisores das escolas e dos professores, com a ressalva de que os professores participassem da pesquisa de maneira voluntária. Todos os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido a partir do qual foram informados, por escrito, sobre os objetivos da pesquisa e assegurados da manutenção do anonimato das escolas e dos participantes.

Para a obtenção de dados relativos às condições de trabalho, os professores foram convidados a responder a um questionário contendo questões fechadas. O questionário aplicado apresentava questões relativas aos aspectos do trabalho, como: tempo de docência, tempo de atuação na escola, períodos de trabalho na escola, período de trabalho extraclasse, modalidades e turnos em que leciona, opinião sobre o trabalho desempenhado e as condições físicas da escola. A aplicação do questionário aos professores aconteceu individualmente no local de trabalho, sendo acompanhada pelo pesquisador, quando solicitado, com a finalidade de esclarecer eventuais dúvidas. O tempo médio de aplicação dos questionários foi de 15 minutos.

Para a obtenção de dados relativos ao nível de estresse docente, optou-se por um estudo epidemiológico do tipo corte transversal nos moldes de Lipp (2000). Para isso, utilizou-se o Inventário de Sintomas de Estresse para Adultos de Lipp. Esse inventário foi construído e validado por Lipp e Guevara (1994) e visa, de forma objetiva, avaliar os sintomas de estresse, os tipos de sintomas apresentados e a fase de estresse em que o indivíduo se encontra. A escolha desse instrumento justificou-se por ser uma ferramenta muito utilizada na medição dos sintomas de estresse (COSTA *et al.*, 2007; AGUIAR *et al.*, 2009) e é considerado aceitável pelo Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI) do Conselho Federal de Psicologia, desde abril de 2003. A aplicação do Inventário aconteceu no local de trabalho dos professores, na presença de um psicólogo.

Os dados obtidos durante a coleta foram armazenados em um programa de banco de dados (Microsoft® Excel 2007) e analisados utilizando o software SPSS® 15.0 for Windows® (Statistical Package for the Social Sciences). Foram feitas análises quantitativas com base em estatística descritiva para as questões de respostas fechadas, enfocando a distribuição percentual de frequência. Para avaliar a significância da relação entre as condições de trabalho e o estresse foi utilizado o teste  $\lambda^2$  (Chi-quadrado), sendo considerado significativo  $p < 0,05$ .

## RESULTADOS

### RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO EM RELAÇÃO ÀS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Neste trabalho, foram pesquisados 95 docentes de seis escolas públicas de Divinópolis-MG. Deste total, 86% dos pesquisados eram do sexo feminino, 14% do sexo masculino e a faixa etária média era de 39 anos. A maioria dos professores (47,36%) leciona há mais de onze anos e 83,16% afirmaram trabalhar mais de onze horas/aula semanais. A maior parte dos professores dedica uma carga horária total de 17 horas/semanais, que se equivale a uma dedicação diária de 3,4 horas, para estudos de atualização e atividades extraclasse, como correção de provas, trabalhos e preparo de aulas.

Quando questionados sobre o turno de trabalho, 42,11% afirmaram trabalhar apenas em turno único, 57,89% relataram trabalhar em pelo menos dois turnos. Com relação às modalidades de ensino, as mesmas foram estabelecidas de acordo com a legislação vigente, ou seja, as categorias de ensino foram divididas em Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio, podendo o respondente assinalar mais de uma opção quando se enquadrasse. Sendo assim, observou-se que 56% dos professores trabalham em apenas uma modalidade das apresentadas, 35% trabalham em duas, 8% trabalham em três modalidades e 1% afirmou trabalhar em todas as modalidades. Um fato que merece destaque é que a maioria dos professores leciona em mais de uma escola (54%).

Com relação ao relacionamento professor/aluno, foi verificado que 3% dos professores classificam este relacionamento como razoável, 30% apontaram o relacionamento como bom, 45% classificaram como muito bom e 22% afirmaram que seu relacionamento com os alunos é ótimo. Neste mesmo contexto, 84% dos professores se sentem respeitados por seus alunos, apesar de 93% dos pesquisados apontar a indisciplina como principal fator de interferência em seu trabalho em sala de aula.

Apesar da maioria dos professores considerar o relacionamento com os alunos muito bom/ótimo e de se sentirem respeitados, um dado importante obtido através do estudo é que 66,32% dos professores já sofreram ou presenciaram algum tipo de agressão praticada pelos alunos e 35% já sofreram ou presenciaram agressão por parte dos pais ou responsáveis pelos estudantes. As principais formas de agressão incluem: agressões verbais, físicas (chutes e empurrões), ameaças de morte, ofensas com gestos obscenos, palavras de baixo calão, discriminação racial e reações de raiva. Apesar disso, os dados apontam que 71% dos professores sentem-se seguros dentro do ambiente escolar e apenas 27% não se sentem seguros. Uma porcentagem mínima (2%) não opinou quando questionada.

Quando indagados sobre a satisfação com a remuneração, foi constatado que 82% dos professores estão insatisfeitos e apenas 18% sentem-se satisfeitos com o salário recebido.

Com relação às condições físicas do ambiente de trabalho, a principal queixa de descontentamento entre os professores se refere à infraestrutura da escola. Neste contexto, foi avaliado se a escola apresenta salas arejadas e amplas, número adequado de alunos, sala de professores, pátio, biblioteca, laboratórios. Pôde ser observado que 34% dos professores consideram que as escolas em que trabalham não possuem uma infraestrutura adequada. Um grupo de professores (18%) afirmou que as escolas em que trabalham tem uma infraestrutura adequada, mas estas não se encontram em condições apropriadas para uso. Outra parcela de 34% dos docentes considera que as escolas apresentam uma infraestrutura adequada e as mesmas encontram-se conservadas e 14% do total de professores pesquisados não responderam à questão.

Quando perguntados sobre o recebimento de apoio pedagógico, 70% dos professores afirmaram receber orientações pedagógicas que auxiliam o seu trabalho em sala de aula. Uma parcela de 14% declarou não receber apoio pedagógico e 16% não responderam o solicitado. Os professores não fizeram comentários acerca das questões não respondidas.

## **RESULTADOS DO INVENTÁRIO DE SINTOMAS DE ESTRESSE PARA ADULTOS (ISSL)**

Através da análise do inventário de estresse obteve-se que 58% dos docentes amostrados apresentaram sintomatologia de estresse. O ISSL permitiu ainda identificar a fase de estresse apresentada pelos professores, sendo que 4% dos docentes que apresentaram estresse encontrava-se na fase de alerta, 85% na fase de resistência, 7% na fase de quase exaustão e 4% na fase de exaustão.

Com relação à prevalência dos sintomas físicos e/ou psicológicos identificados pelo ISSL relacionados ao estresse, foi observado que a maioria dos professores apresentou sintomas psicológicos (56%), outros 33% apresentaram sintomas físicos e 11% apresentaram sintomas físicos e psicológicos.

Dos sintomas assinalados na fase de alerta, foi verificado que os sintomas físicos mais frequentes foram taquicardia, “nó” no estômago, mãos e pés frios, mudança de apetite, aperto da mandíbula/ranger os dentes, boca seca, insônia e tensão muscular. Os sintomas psicológicos mais frequentes foram entusiasmo súbito e vontade súbita de iniciar novos projetos de vida.

Na fase de resistência, os sintomas físicos mais frequentes foram mudança de apetite, aparecimento de problemas dermatológicos, tontura/sensação de estar flutuando, sensação de desgaste físico e cansaço constante. Os sintomas psicológicos mais frequentes da fase de resistência foram pensar constantemente em um só assunto, sensibilidade emotiva excessiva e irritabilidade excessiva.

No quadro que determina as fases de quase exaustão e exaustão, os sintomas psicológicos foram predominantes. Dentre esses sintomas, os mais frequentes foram

vontade de fugir de tudo, cansaço excessivo, irritabilidade sem causa aparente, angústia/ansiedade diária.

## RELAÇÃO ENTRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E ESTRESSE

Para avaliar a influencia das condições de trabalho analisadas no desenvolvimento e manutenção do estresse em professores, os docentes amostrados foram separados em dois grupos: com estresse e sem estresse.

Nesta pesquisa, duas condições se destacaram mostrando estar intrinsecamente relacionadas à manifestação do estresse nos professores: o trabalho em dois ou mais turnos ( $p=0,0298$ ) e o fato de já ter presenciado ou sofrido algum tipo de agressão por parte dos alunos e ou responsáveis por estes ( $p=0,0469$ ). As demais condições analisadas, como: tempo de trabalho, horas/aula semanais, indisciplina em sala de aula, satisfação com a remuneração e infraestrutura da escola, não mostraram diferenças significativas entre os professores com estresse e os professores sem estresse.

## DISCUSSÃO

A origem do estresse pode estar em diversas áreas da vida do indivíduo e, dentre elas, o exercício da profissão pode ser uma poderosa fonte para a manifestação de sintomas de estresse. Dentre os profissionais da educação, o exercício da função docente tem sido acompanhado por diversos desafios que podem estar implicados no desenvolvimento de estresse em professores.

Segundo Lago, Cunha e Borges (2015), os níveis de exigência que se aplicam aos profissionais docentes normalmente são desproporcionais à qualidade das condições de trabalho vivenciadas. Este fato associa-se as inúmeras atribuições que são impostas aos professores, as constantes mudanças na política educacional e o modo como a atividade docente vêm sendo desvalorizada, o que traz implicações nas expectativas e nas motivações dos professores no exercício de sua profissão (SOUTO; PAIVA, 2016) e podem ser condições desencadeadoras de estresse (OLIVEIRA, 2004).

Ao analisar as condições de trabalho dos docentes do município de Divinópolis, pôde-se observar que a atividade docente apresenta alguns fatores intensificadores do trabalho, como relatado pela maioria dos profissionais. Dentre esses fatores podem ser citados: o trabalho em dois ou mais turnos e em mais de uma modalidade de ensino, a infraestrutura insatisfatória das escolas, a insatisfação com a remuneração, a violência escolar e a indisciplina dos alunos.

Neste estudo, as condições de trabalho relatadas pelos professores foram similares às observadas em pesquisas realizadas em outras regiões brasileiras (GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2005; VEDOVATO; MONTEIRO, 2008). Segundo

Tardif e Lersard (2000), Perrenoud (2002) e Silva Júnior (2008), esses dados são reflexos de um processo contínuo de desvalorização na qual o magistério foi submetido no decorrer das últimas décadas. Além disso, refletem uma realidade social caracterizada como produtivista e exploratória, em detrimento das adequadas condições estruturais, materiais e de recursos humanos que poderiam garantir melhor qualidade laboral e favorecer a saúde do trabalhador docente (LAGO; CUNHA; BORGES, 2015).

Dentre os fatores que se relacionam às condições de trabalho do professor, um que se destaca se refere à relação entre aluno-professor. No trabalho realizado, a maioria dos docentes avaliou a relação com os alunos como muito boa/ótima e ainda declararam sentir-se respeitados. Apesar desses indicadores se mostrarem motivadores, a indisciplina foi apontada como a principal interferência nas atividades do professor em sala de aula. É interessante notar, nestes dados, a contradição existente na resposta dada pelos professores com relação à sensação de respeito obtida a partir dos alunos e a indisciplina. Esses resultados se assemelham aos descritos por Rausch e Dubiella (2013), onde os alunos pouco aparecem na “produção do mal estar docente” na visão do professor. É importante deixar claro que os alunos não são os únicos responsáveis por esse processo. Entretanto, os alunos são peças consideradas fundamentais na prática docente e a relação docente-discente é uma das principais causas apontadas como fonte das dificuldades enfrentadas pelos docentes em sala de aula (RAUSCH E DUBIELLA, 2013).

Outro dado que merece destaque na relação aluno-professor foi obtido quando os docentes foram questionados se já haviam sofrido/presenciado atos de agressão. A partir desse questionamento, a maioria dos professores afirmou já ter sofrido ou presenciado algum tipo de agressão praticada pelos alunos ou por seus responsáveis. Dentre as formas de agressões citadas, destacam-se: agressões verbais, agressões físicas (chutes e empurrões), ameaças de morte, ofensas com gestos obscenos, palavras de baixo calão e discriminação racial.

Segundo Koehler (2005), as relações sociais existentes na escola constituem-se como pano de fundo para a ocorrência de atos violentos. De um lado, os alunos questionam a autoridade do docente e assumem um comportamento de embate e desafio em relação ao mesmo. De outro, os professores relutam em valorizar a cultura juvenil presente na escola e assumem posturas que sedimentam a prática da violência institucional dentro dela, utilizando-se de instrumentos e estratégias de poder que marginalizam os alunos, como forma de resgatar sua autonomia.

Apesar dos resultados sugerirem que as escolas podem se tornar um ambiente ameaçador e causador de sofrimento, mais uma vez os professores se contradisseram quando foram questionados se sentiam-se seguros na escola. Dentre os docentes pesquisados, a maioria afirmou se sentir segura no ambiente escolar.

A Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO) (1996) define a violência como o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra

pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação. Diversos autores corroboram com esta definição de violência (FERREIRA; SCHRAMM, 2000; CHAUÍ, 2010), o que nos leva a compreender que os abusos sofridos e relatados pelos professores, em nosso estudo, podem ser considerados como atos violentos. Apesar disso, existe a sensação de segurança relatada pela maioria dos professores. Essa divergência entre fatos e sensações pode ser explicada pela banalização das atitudes de violência. Quando atos violentos se tornam rotineiros, estes acabam sendo banalizados, não chegando sequer a ser nomeados e lembrados como atos violentos (OLIVEIRA; MARTINS, 2007).

Apesar dessa “sensação de segurança” declarada pelos docentes em nosso estudo, é necessário que a relação entre alunos, pais e professores seja repensada e que haja uma reconfiguração de valores. Segundo Lobato e Placco (2007), uma das consequências psicossociais da violência para o trabalho docente é a limitação deste trabalho ao mero ensinar, com ruptura de laços de afetividade entre professor e aluno para se “resguardar” de possíveis implicações, esvaziando, assim, o real sentido do verbo educar.

Além dos dados obtidos a partir da percepção dos professores sobre as condições de trabalho, as análises do ISSL permitiram constatar que a maioria dos professores pesquisados apresenta sintomatologia de estresse, sendo mais frequente a fase de resistência.

A fase de resistência é a fase intermediária no processo de estresse e caracteriza-se pelo cansaço físico e mental, dificuldade com a memória e maior vulnerabilidade a doenças (LIPP; MALAGRIS, 1998). Nesta fase, o organismo busca o reequilíbrio através do uso de grande quantidade de energia, podendo resultar em sensação de desgaste generalizado, aparentemente sem causa, fato notoriamente observado nos docentes pesquisados no estudo.

Os sintomas de estresse apresentados pelos docentes, na presente pesquisa, são predominantemente de natureza psicológica. A presença desses sintomas pode intervir negativamente na disposição do indivíduo, inclusive na qualidade do trabalho, dificultando a realização das atividades cotidianas, independentemente de sua capacidade física (OLIVEIRA; CARDOSO, 2011). É importante ressaltar que o esforço praticado para adaptação e restabelecimento da homeostase implica em maior sensação de desgaste.

Os sintomas identificados, se persistentes, podem levar à Síndrome de *burnout*. Essa síndrome é considerada como um tipo de estresse de caráter persistente vinculado a situações de trabalho, resultante da constante e repetitiva pressão emocional associada com intenso envolvimento com pessoas, por longos períodos de tempo (ANDRADE; CARDOSO, 2012). O *burnout* em professores afeta o ambiente educacional e interfere na obtenção dos objetivos pedagógicos, levando estes profissionais

a um processo de alienação, desumanização, apatia, o que pode ocasionar problemas de saúde, absentéismo e intenção de abandonar a profissão (BATISTA *et al.*, 2010). Para Mazon, Carlotto e Câmara (2008), a categoria docente é uma das mais expostas a ambientes conflituosos e de alta exigência de trabalho, o que coloca o magistério como uma das profissões de alto risco de desenvolvimento de *burnout*.

Ao relacionarmos a presença de estresse nos docentes e as condições de trabalho relatadas, em duas situações foram encontradas associações significativas, como: o fato do professor já haver presenciado ou sofrido agressões no ambiente escolar e o trabalho em dois ou mais turnos.

Segundo Minayo (2005), a violência contra os professores pode gerar tensão, insatisfação com a profissão e desencadear o estresse. Sendo assim, acredita-se que a violência no meio escolar contribui para uma diminuição da qualidade do ensino, acarretando prejuízos aos próprios alunos. Nesse contexto, Gasparini, Barreto e Assunção (2006) apontam para a necessidade de avançar os estudos sobre os transtornos relativos à saúde laboral dos docentes, como uma das formas de desenvolver estratégias para minimizar os impactos da profissão sobre a saúde do trabalhador, além de aprimorar a qualidade do ensino.

Além da violência escolar, o trabalho em dois ou mais turnos também mostrou-se significativamente associado ao estresse. Com relação a este aspecto, é importante ressaltar que apesar da carga horária semanal de trabalho na escola declarada pelos professores ser igual ou maior que 40 horas, os docentes estão submetidos a outras demandas, denominadas de tarefas extraclases, que se somadas ampliam a carga horária de trabalho imposta aos docentes.

Diversos trabalhos tem demonstrado que a extensa carga horária de trabalho a que os professores se submetem pode acarretar diversos prejuízos à saúde, como doenças músculo-esquelética, problemas vocais, além de danos psicológicos (FUESS; LORENZ, 2003, CARVALHO; ALEXANDRE, 2006, GOMES; QUINTÃO, 2011). Nosso estudo corrobora com estes achados e reforça o conceito de que o estresse é uma resposta do organismo frente a uma sobrecarga (GOMES; QUINTÃO, 2011), e no caso dos docentes, sobrecarga essa vinculada às características da própria profissão. Segundo Carlotto e Palazzo (2006), no modelo atual de ensino, muitas são as atribuições impostas ao professor, muitas vezes aparte de seu interesse e de sua carga horária. Essa intensificação do fazer docente lhe ocasiona conflitos que podem favorecer o desenvolvimento de estresse. Devido a essa sobrecarga, o docente tem reduzido seu tempo disponível para estudos e para a sua qualificação, o que compromete o seu desenvolvimento e sua realização profissional (CARLOTTO; PALAZZO, 2006).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados obtidos é possível sugerir a existência de uma associação positiva entre estresse e condições de trabalho, o que reforça a necessidade de melhorias nas condições de trabalho docente. Somente dessa forma, será possível reduzir os prejudiciais impactos do estresse sobre a saúde dos professores e contribuir para a melhoria na qualidade de vida do profissional e também no ensino.

A educação é um dos pilares do desenvolvimento de uma sociedade, mas é necessário que as condições (ambientais, técnicas e psicossociais) sejam favoráveis. É necessário que medidas sejam tomadas visando à consolidação de um ambiente de trabalho adequado e que haja uma verdadeira valorização do professor, tanto como profissional da educação, cujo trabalho é essencial para a sociedade, quanto como ser humano e cidadão, cujos direitos devem ser respeitados.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, S. M. *et al.* O. Prevalência de sintomas de estresse nos estudantes de medicina. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, p. 34-38, jan. 2009.
- ANDRADE, P.S.; CARDOSO, T. A. O. Prazer e dor na docência: revisão bibliográfica sobre a Síndrome de Burnout. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 21, p. 129-140, abr. 2012.
- BATISTA, J. B. V. *et al.* Prevalência da Síndrome de Burnout e fatores sociodemográficos e laborais em professores de escolas municipais da cidade de João Pessoa, PB. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 13, n.3, p.502-512, jun. 2010.
- BORSOI, I. C. F. Da relação entre trabalho e saúde à relação entre trabalho e saúde mental. *Revista Psicologia e Sociedade*, Rio Grande do Sul, v. 19, n.1, p.103-111, mar. 2007.
- CARLOTTO, M. S.; PALAZZO, L. S. Síndrome de *burnout* e fatores associados: Um estudo epidemiológico com professores [Factors associated with burnout's syndrome: An epidemiological study of teachers]. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n.05, p. 1017-1026, mai. 2006.
- CARVALHO, A. J. F. P.; ALEXANDRE, N. M. C. Sintomas osteomusculares em professores do ensino fundamental. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, São Carlos, v. 10, n. 1, p. 35-41, Ago.2006.
- CHAUÍ, M. S. *Convite à Filosofia*. 14. ed. São Paulo: Ática, 2010.
- COSTA, M.; ACCIOLY JÚNIOR, H.; OLIVEIRA, J.; MAIA, E. Estresse: diagnóstico dos policiais militares em uma cidade brasileira. *Revista Panamericana de Salud Pública*, v. 21, n. 4, p. 217-222, jan. 2007.
- CRUZ, R. M. *et al.* Saúde docente, condições e carga de trabalho. *Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID)*, USA, v. n. 4, p. 147-160, jul. 2010.
- FERREIRA, A. L.; SCHRAMM, F. R. Implicações éticas da violência doméstica contra a criança para profissionais da saúde. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 34, n. 6, p. 659-665, ago. 2000.

- FUESS, V. L. R.; LORENZ, M. C. Disfonia em professores do ensino municipal: prevalência e fatores de risco. *Revista Brasileira de Otorrinolaringologia*, São Paulo, v. 69, n. 6, p. 807-12, dez. 2003.
- GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. A. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, ago.2005.
- GOMES, A. P. R.; QUINTÃO, S. R. *Burnout*, satisfação com a vida, depressão e carga horária em professores. *Análise Psicológica*, Lisboa, v. 29, n. 2, p. 335-344, abr. 2011.
- JARDIM, R.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. A. Condições de trabalho, qualidade de vida e disfonia entre docentes. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.10, n. 23, p. 2439-2461, abr. 2007.
- KOEHLER, S. M. F. Violência na escola: a mediação do professor. In: BRASIL: Ministério da Educação. Debate: violência, mediação e convivência na escola. Boletim, 2005, p. 32-43.
- LAGO, R. R.; CUNHA, B. S.; BORGES, M. F. S. Percepção do trabalho docente em uma universidade da região norte do Brasil. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 429-450, ago. 2015.
- LIMA, M. F. E. M.; LIMA-FILHO, D. O. Condições de trabalho e saúde do/a professor/a universitário/a. *Ciências & Cognição*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 62-82, nov. 2009.
- LIPP, M. E. N. (Org). *O Stress do Professor*. São Paulo: Campinas: Papyrus, 2002.
- LIPP, M. E. N. *Manual do Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp (ISSL)*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.
- LIPP, M. E. N. *Mecanismos neurológicos do stress: teoria e aplicações clínicas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.
- LIPP, M. E. N.; GUEVARA, A. J. H. Validação empírica do Inventário de Sintomas de Stresse. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 3, n.11, p. 43-49, set. 1994.
- LIPP, M. E. N.; MALAGRIS, L. M. Manejo do estresse. In: RANGÉ, B. (Org.). *Psicoterapia Comportamental e Cognitiva: pesquisa, prática, aplicações e problemas*. São Paulo: Psy, 1998. p. 279-292.
- LOBATO, V. S.; PLACCO, V. M. N. S. Concepções de professores sobre questões relacionadas à violência na escola. *Psicologia da educação*, São Paulo, v. 01, n. 24, p. 73-90, mar. 2007.
- MAZON, V.; CARLOTTO, M. S.; CÂMARA, S. Síndrome de Burnout e estratégias de enfrentamento em professores. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 60, n. 1, p. 55-66, jan. 2008.
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. Lista de escolas. Divinópolis: SRE; 2017. [atualizado em 2017]. Disponível em: <<http://www2.educacao.mg.gov.br/parceiro/lista-de-escolas>>. Acesso em: 02 out. 2018.
- MINAYO M. C. S. Violência: um problema para a saúde dos brasileiros. In: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. p. 9-42.
- NUNES SOBRINHO, F. P. O stress do professor do ensino fundamental: o enfoque da ergonomia. In: LIPP, M. E. N. (Org.). *O stress do professor*. Campinas: Papyrus, 2002. p.81-94.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.25, n.89, p. 1127-1144, dez. 2004.

OLIVEIRA, E. C. S.; MARTINS, S. T. F. Violência, sociedade e escola: da recusa do diálogo à falência da palavra. *Psicologia & Sociedade*, Rio Grande do Sul, v. 19, n. 1, p. 90-98, abr. 2007.

OLIVEIRA, M. G. M.; CARDOSO, C. L. Stress e trabalho docente na área da saúde. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 28, n. 2, p.135-141, jun. 2011.

Organização Mundial de Saúde/ World Health Organization. Global consultation on violence and health. Violence: a public health priority. Geneva: WHO, 1996.

PERRENOUD, P. *A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

RAUSCH, R. B.; DUBIELLA, E. Fatores que promoveram mal ou bem-estar ao longo da profissão docente na opinião de professores em fase final de carreira. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 13, n. 40, p. 1041-1061, dez. 2013.

SILVA JÚNIOR, J. R. Trabalho do professor na escola pública: breves considerações. In: MONFREDINE, Invanise (Org.). *Políticas educacionais, trabalho e profissão docente*. São Paulo: Xamã, 2008. p. 19-60.

SILVEIRA, K. A. *et al.* Estresse e enfrentamento em professores: uma análise da literatura. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 30, n. 4, p. 15-36, maio 2014.

SOUTO, R. M. A; PAIVA, P. H. A pouca atratividade da carreira docente: um estudo sobre o exercício da profissão entre egressos de uma Licenciatura em Matemática. *Pro-Posições*, Campinas, v. 24, n. 1, p. 201-224, abr. 2016.

TARDIF, M.; LESARD, C. *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência*. Petrópolis: Vozes, 2000.

VEDOVATO, T. G.; MONTEIRO, M. I. Perfil sociodemográfico e condições de saúde e trabalho dos professores de nove escolas estaduais paulistas. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v.42, n.2, p. 290-297, jan. 2008.

---

Recebido em: 06/06/2017.

Aprovado em: 06/10/2018.

